



## Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

28/09/2016 - Telesíntese

# TCU prepara levantamento sobre mudança do modelo de telecom

O Tribunal de Contas da União está finalizando o levantamento em que acompanha o processo de revisão do modelo de telecomunicações. O relatório da equipe técnica do TCU deve chegar esta semana ao ministro Bruno Dantas, que acompanha os temas relacionados às telecomunicações. A análise não é, nesse momento, nem decorrente de uma auditoria nem fruto de fiscalização do Tribunal de Contas. Trata-se de um levantamento preliminar sobre as variáveis que estão sendo (ou deveriam estar sendo) consideradas no processo, as alternativas, implicações e elementos de análise que irão, no futuro, fundamentar ações de fiscalização e auditoria do TCU. O relatório, entretanto, já deverá indicar, ainda que em caráter sigiloso, as próximas ações.

Outro assunto crítico que o TCU em algum momento terá que se posicionar, ainda que nesse aspecto não haja, segundo apurou este noticiário, nenhum entendimento prévio, é sobre o pedido de mediação feito pela Oi à Justiça do Rio de Janeiro, onde corre o processo de recuperação judicial da empresa. A Oi quer uma mesa de negociação com o governo, o que incluiria o Tribunal de Contas da União, para resolver o problema das multas da Anatel e negociação de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) com a agência e com a AGU. O problema é que, no caso dos TACs com a agência, o processo está suspenso por determinação cautelar do próprio TCU, e o tribunal não sabe ainda se, caso convidado pela Justiça, participaria de uma mediação, pois isso nunca aconteceu na área de infraestrutura e não há precedentes legais, segundo apurou este noticiário junto a fontes do tribunal.

Também está na agenda da Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Telecomunicações (SeinfraAero Telecom) uma auditoria sobre o programa de Cidades Digitais do Ministério das Comunicações (hoje parte da secretaria de telecomunicações do Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações). Esse relatório ainda leva mais algumas semanas para ser concluído.

### Análise

Escrevemos recentemente que o TCU está tirando o protagonismo da Anatel nas questões referentes ao mercado de telecom e se tornando cada vez mais determinante na definição de questões do setor. Mas existem algumas perspectivas que precisam ser registradas: primeiro, que essas análises não são novas, mas têm sido feitas desde a privatização do Sistema Telebrás e criação da Anatel. O que tem acontecido é que, com o tempo, as decisões do TCU passaram a ter mais peso, pelo protagonismo adquirido pelo órgão e relevância do setor.

Além disso, o TCU também tem feito cobranças semelhantes às que faz para a Anatel em relação ao ministério formulador de políticas na área de telecomunicações (antes Minicom, hoje MCTIC). A leitura dentro do TCU, inclusive registrada nas análises, é que muitas das falhas apontadas ao trabalho da Anatel decorrem, inclusive, de uma falta de clareza em relação às diretrizes políticas e prioridades emanadas pelo Executivo, o que deixa a agência sem rumo em momentos críticos.

Outro aspecto importante: o TCU tem recebido, quando conversa com as empresas do setor, muitas indicações de que determinadas medidas regulatórias não são tomadas pela Anatel porque o TCU não aceitaria. A resposta do TCU às empresas, nestas circunstâncias, é que o tribunal não atua como orientador ou validador das ações da agência, nem procura entrar no mérito das decisões tomadas. A análise, na visão técnica do TCU, seria sempre feita sempre a posteriori, considerando a fundamentação legal, as análises de impacto e o uso eficiente dos recursos públicos, salvo em situações que requeiram medidas cautelares, como foi no caso da fusão entre Oi e Brasil Telecom (cuja cautelar caiu em um dia) ou na celebração de TACs entre as operadoras e a Anatel. Não haveria, portanto, motivo para temer o TCU, desde que as decisões tenham fundamento e legalidade.

**Samuel Possebon, Tela Viva News, 27 de setembro de 2016**



## Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

28/09/2016 - Convergência Digital

### Justiça abre prazo para objeções a plano de recuperação da Oi

O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro publicou na terça-feira, 27/9, o edital com a proposta de plano de recuperação apresentada pela Oi. Os termos já tinham sido apresentados pela empresa no início deste mês e pelo edital da 7ª Vara Empresarial do RJ há prazo de 30 dias para eventuais objeções, a contar da data da apresentação da lista de credores, o que se deu em 21/9.

A operadora contabiliza quase 67 mil credores, dos quais cerca de 59 mil fazem parte da categoria sem garantia. A depender da dívida, a Oi propôs descontos que podem chegar a 70% do valor nominal. Ou ainda uma carência de 10 anos para começar a pagar.

Entre os credores estão os principais bancos públicos brasileiros – Banco do Brasil (R\$ 4,3 bilhões),

BNDES (R\$ 3,3 bilhões) e Caixa Econômica Federal (R\$ 1,9 bilhão) – e mesmo a Anatel, que foi incluída no rol e envolve dívidas que chegam a R\$ 11 bilhões. A proposta apresentada pela Oi também prevê a venda de ativos como imóveis, operações de datacenters e call centers, e até mesmo as operações de telefonia celular.

O despacho de 27/9 diz que “o Exmo. Dr. Fernando Cesar Ferreira Viana, Juiz titular da Sétima Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, FAZ SABER aos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, nos termos do artigo 53, parágrafo único, da Lei nº 11.101/2005, sobre o recebimento do plano de recuperação judicial das devedoras”.

26/09/2016 - CUT

### 21 dias de greve: até quando, senhores banqueiros?

**Bancos se negam a repor até mesmo a inflação. Categoria é a que mais adocece, segundo dados do INSS.**

Nos tempos mais difíceis é que a união e determinação de trabalhadores mais se destaca. Assim tem sido com a categoria bancária, que nesta segunda-feira, entrou em seu 21º dia de greve. Até esta segunda-feira (26), segundo a Contraf-CUT, 13,420 agências e 33 centros administrativos paralisaram suas atividades em repúdio ao descaso dos banqueiros.

Mas, afinal, de quem é a culpa da greve? Antes de criticar os trabalhadores pela paralisação é preciso colocar-se no lugar de cada bancário.

Apesar de os donos dos cinco maiores bancos (Bradesco, Itaú Unibanco, Santander, BB e Caixa) terem um lucro de R\$ 69,8 bilhões em 2015, a proposta dos patrões é de 7% de aumento.

Como a inflação aferida entre julho de 2015 a

junho de 2016 ficou em 9,62%, a perda salarial é de 2,39%.

Quem gosta de ter o salário reduzido, ainda mais quando o patrão tem altos lucros? O setor bancário é o mais lucrativo do mercado e, teoricamente, o que mais tem condições de oferecer reajustes honestos aos trabalhadores. No entanto, se nega e ainda propõe perda salarial. De quem é a culpa da greve? A resposta é óbvia. E há quem teime em dizer que o trabalhador bancário é “privilegiado, ganha bem, trabalha em locais iluminados, bem instalados, com ar-condicionado, etc”. Essa é a retórica dos banqueiros ao descrever o trabalho bancário.

Leia mais em:

<http://cut.org.br/noticias/21-dias-de-greve-ate-quando-senhores-banqueiros-0ccf/>

27/09/2016 - Altamiro Borges

## O estelionato eleitoral da Previdência



Preocupado com o desgaste de seus candidatos, o covil golpista de Michel Temer deve deixar o golpe da Previdência, que elevará as contribuições e a idade da aposentadoria – entre outras maldades – para depois do pleito municipal deste domingo. O descarado estelionato eleitoral é defendido pelos partidos fisiológicos da sua base de sustentação, segundo matéria da Folha desta terça-feira (27): “Diante das pressões dos aliados para adiar o envio da reforma da Previdência ao Congresso, o presidente Michel Temer pode acatar o pedido em reunião agendada com ministros, líderes partidários e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e deixar o projeto para depois das eleições”.

Ainda segundo a reportagem, assinada por Valdo Cruz e Laís Alegretti, a gangue que assaltou o poder teme os efeitos da decisão. “O governo está dividido. Uma ala defende que o Planalto aguarde as eleições municipais de domingo para evitar prejuízos para os candidatos governistas na reta final da campanha. Outra quer o envio da proposta já, como sinalização ao mercado do compromisso de Temer com o ajuste das contas públicas. No dia 6 de setembro, Temer

anunciou que enviaria a proposta ao Congresso antes das eleições. ‘A decisão é irreversível’, disse o chefe da Secretaria de Governo, Geddel Vieira Lima. ‘O presidente avaliou que, simbolicamente, por tudo o que o Brasil atravessa neste momento, nós deveríamos mandar a reforma antes do processo eleitoral’”.

Confirmado o estelionato eleitoral, os “midiotas” que votarem nos candidatos golpistas – alguns deles aparecem bem nas pesquisas, como em Porto Alegre, Rio de Janeiro e Belo Horizonte – sentirão na pele a já conhecida traição do Judas Michel Temer. Eleggem os prefeitos do golpe dos corruptos e, na sequência, ficam sabendo da punhalada da Previdência Social. Entre outras regressões estudadas pelos usurpadores estão: aumento da idade mínima para 65 anos na aposentadoria de homens e mulheres; elevação do tempo da contribuição previdenciária de 15 para 25 anos; desvinculação da Previdência de vários benefícios sociais, como a pensão por morte. O “midiota” vota no domingo no aliado de Michel Temer e chora no restante da sua vida!



## Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

12/09/2016 - Rede Brasil Atual

# Hesitações pós-golpe podem trazer danos para além de 2018

**Diante da agressão à democracia consumada em 31 de agosto de 2016, o campo progressista tem agora o desafio da união em torno de uma política de frente**

As forças progressistas e democráticas do país têm diante de si uma tarefa que pode ser associada metaforicamente ao mito grego conhecido como Os Doze Trabalhos de Hércules. As dificuldades são imensas, em decorrência tanto de conhecidos erros políticos cometidos pelo PT no governo, quanto da sofisticação do golpe parlamentar consumado em 31 de agosto de 2016. Ainda é cedo para previsões confiáveis num cenário ainda nebuloso. "O horizonte de análise do cenário político ainda está muito curto. É como dirigir sob neblina, você não enxerga muito bem o que está à frente", diz o cientista político Leonardo Barreto, da Universidade de Brasília (UnB).

Nesse horizonte, uma das certezas é a necessidade de compreensão – por parte de democratas, movimentos sociais, partidos políticos progressistas, centrais sindicais populares e empresários preocupados com o futuro do Brasil – de que é urgente a união em torno do que o cientista político Roberto Amaral, um dos coordenadores da Frente Brasil Popular, vem defendendo muito antes do impeachment: uma "política de frente".

Essa união deve necessariamente incluir forças liberais progressistas, como afirmou o ex-ministro Luiz Carlos Bresser-Pereira em várias ocasiões durante o processo político, para muitos, iniciado em 2013. Perdida a luta contra o impeachment, a reorganização não apenas da esquerda, mas de um espectro mais amplo, é condição necessária para o enfrentamento do que vem por aí. Porque, como diriam os mineiros, 2018 "está logo ali", e as hesitações decorrentes da perplexidade instaurada com a vitória do golpe parlamentar podem custar muito mais caro, a partir de 2019, do que parece hoje.

"Construir uma aliança contra a fascistização e o caos deve ser, daqui pra frente, a primeira missão dos que têm um mínimo de lucidez e informação – neste país assolado por ódio, mentira, hipocrisia e ignorância", diz Mauro Santayana, em artigo nesta edição

(leia na página 12). "É preciso costurar uma ampla aliança nacional, que parta, primeiramente, do centro nacionalista (se não existir, é preciso criar-se um)." Isso porque o alcance da vitória ultraconservadora que levou Michel Temer a assumir definitivamente o governo do Brasil é amplo, considerando que a grande derrotada é uma entidade que não se pode fulanizar, nem partidizar: a Constituição Federal de 1988, que Ulysses Guimarães (1916-1992) ajudou a construir com sua extrema habilidade política após os anos de obscurantismo pós-1964.

Fatura é cobrada

A afirmação de que o impeachment sem crime de responsabilidade "rasgou" a Constituição Cidadã não é mera retórica, usada por opositores de Temer. Com iniciativas emblemáticas pela Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241, que congela gastos públicos em todas as esferas de governo por 20 anos, e suspende as vinculações constitucionais orçamentárias em educação e saúde, o governo "eleito" indiretamente pelo Congresso Nacional busca suprimir em nome do ajuste fiscal todo tipo de direitos conquistados pela cidadania, instituídos pela Carta de 1988.

A proposta viola o inciso IV, parágrafo 4º do artigo 60 da Constituição, que proíbe emenda constitucional "tendente a abolir os direitos e garantias individuais". Demole o artigo 5º, "Dos Direitos e Garantias Fundamentais", cujo caput é o abrangente "todos são iguais perante a lei". Afronta os artigos 194 e 195 (que tratam da Seguridade Social), os artigos que tratam do Sistema Único de Saúde (SUS), de seguro-desemprego e da assistência social. "Essa PEC simplesmente enterra a Constituição de 1988 no que diz respeito aos direitos sociais. É simples assim", afirma o economista Eduardo Fagnani, professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Leia mais em:

<http://www.redebrasilatual.com.br/revistas/121/a-vida-apos-o-golpe-6131.html>

26/09/2016 - Rede Brasil Atual

## Mesmo com recessão, 10% mais ricos mantiveram crescimento nos rendimentos

Por outro lado, os rendimentos reais para quem recebe menos que um salário mínimo caíram cerca de 9% nos últimos 12 meses. Só quem ganha exatamente o salário mínimo não apresentou queda na renda

São Paulo – Apesar da crise, o rendimento real dos 10% mais ricos subiu 2,4% nos últimos 12 meses, segundo levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) com base em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do IBGE. Por outro lado, os rendimentos reais para quem recebe menos que um salário mínimo caíram cerca de 9% nos últimos 12 meses. Os dados que registram piora na concentração de renda constam na última edição da Carta de Conjuntura do instituto.

Segundo o IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) registrou retração de 0,6% no segundo trimestre. Foi o nono trimestre seguido negativo. No ano passado, a queda na economia foi de 3,8%.

Além da ponta da pirâmide, apenas o trabalhador que ganha exatamente o salário mínimo não apresentou queda na renda. A pesquisa demonstra que a redução nos salários reais foi pior em setores com menor qualificação, e nenhuma das ocupações que exigem apenas o ensino fundamental apresentou sustentação na renda.

Nos grupos intermediários, a queda foi de 3%. No geral, o rendimento médio apresentou perda de 1,5% em comparação com o trimestre anterior. A média dos rendimentos no segundo trimestre de 2016 ficou em R\$ 1.979 – R\$ 30 a menos que a média do trimestre anterior, e quase R\$ 100 abaixo do registrado em igual período de 2015.

Apenas cinco das 25 ocupações estudadas no levantamento não sofreram diminuição da renda no



último ano: militares, profissionais das ciências e engenharias, ciências sociais e culturais, profissionais da engenharia de nível médio e profissionais de saúde de nível médio.

Entre as ocupações que exigem ensino superior, os maiores rendimentos estão entre os médicos, enquanto os menores estão entre

os professores do ensino médio e fundamental, que recebem em média menos que algumas ocupações de nível médio.

Além da queda no rendimento, o levantamento também apontou que, no segundo trimestre de 2016, as condições do mercado de trabalho permaneceram em ritmo acelerado de deterioração, com a taxa de desemprego passando de 10,9% no primeiro para 11,3% no segundo trimestre de 2016.

O desemprego também afetou mais gravemente os grupos que já tendem a observar as taxas mais altas de desocupação, como entre os mais jovens (até 25 anos), as mulheres e os que não são chefes de família, e os trabalhadores com ensino médio incompleto.

Os estados com maior renda, segundo o Ipea, foram São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, além do Distrito Federal. Os que estão com nível de renda mais baixo são Maranhão, Ceará, Alagoas e Bahia, todos no Nordeste, além do Pará, na região Norte.

Leia mais em:

<http://www.redebrasilatual.com.br/economia/2016/09/mesmo-com-recessao-10-mais-ricos-mantiveram-crescimento-nos-rendimentos-5727.html>